

Língua e Sociedade: influências mútuas no processo de construção sociocultural

Paulo Cesar Garré Silva¹
Antonio Paulino de Sousa²

RESUMO

O presente artigo fundamenta-se no pensamento de Foucault, Labov e Boudieu. Objetiva relacionar língua e sociedade, mostrando que a sociedade humana não se constitui sem a linguagem, da mesma forma que a língua não se realiza fora das relações sociais. A relação entre língua e sociedade apresenta influência mútua, pois através da linguagem se participa das relações sociais de poder e as mudanças na estrutura social são decorrentes da dinâmica dessas relações. A língua não é um corpo autônomo capaz de determinar as relações sociais, como também não é determinada pela estrutura social, mas há uma relação de influências entre elas, por isso que pela análise linguística pode-se compreender elementos importantes da estrutura social, como também pela análise das relações sociais pode-se compreender muito dos processos linguísticos. A língua não está deslocada de um contexto sociocultural, sua significação é decorrente de seu contexto de produção, sua força simbólica se potencializa a partir da força do grupo social que a produz. A língua, assim como a sociedade, não é um corpo estático, há transformações significativas no decorrer do processo histórico, a mudança linguística não ocorre isolada do movimento de classe, muito embora ela não seja determinada por ele, há uma relação entre a mudança linguística e o movimento de classe, em que este só se completa quando ocorre a mudança linguística e, ao mesmo tempo, ela é um reflexo do movimento de classe. Assim, não se pode negar a relação de influências mútuas entre língua e sociedade.

1 Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão. Graduado em Filosofia e Letras. Professor da Rede Estadual de Educação do Maranhão e da Rede Municipal de Educação de São Luís. E-mail: paulogarre@yahoo.com.br

2 Pós-doutorado pela Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines- Paris Saclay, no Laboratoire PRETEMPS, laboratoire professions, institutions, temporalité. Unité mixte de Sociologia Du CNR . Professor da Universidade Federal do Maranhão do Departamento de Sociologia e Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Doutorado/UFMA e no Programa de Pós-Graduação em S Educação-Mestrado/UFMA.. E-mail: antonio.paulino@terra.com.br

Palavras-chave: Língua. Sociedade. Contexto sociocultural.

Language and Society: mutual influences in the sociocultural construction process

ABSTRACT

This paper is based on the thought of Foucault, Labov and Boudieu and aims to relate language and society, showing that human society is not formed without the language, in the same way that the language is not out of social relations. The relationship between language and society presents mutual influence, since from the language we participate in the social relations of power and changes in the social structure itself are resulting from the dynamics of these relationships. The language is not a body as able to determine social relationships, nor is determined by social structure, but instead there is a relationship of influences between them, so that the linguistic analysis can understand important elements of the social structure, as well as the analysis of social relationships can be understood much of linguistic processes. The language is not shifted from a sociocultural context, its meaning is due to its context of production, as well as its symbolic force leverages from the strength of the social group that produces. The language, as well as society, is not a static body, there are significant changes in the course of the historical process, and language change does not occur in isolation from the class movement, although it is not determined by the class movement, there is a relationship between linguistic change and movement class, in that the movement of class only complete when the language change and at the same time, the language change is a reflection of the class movement. So, there's no denying the relationship of mutual influences between language and society.

Keywords: language. Society. Sociocultural context.

Lengua y Sociedad: influencias mutuas en el proceso de construcción sociocultural

RESUMEN

El presente artículo se fundamenta en el pensamiento de Foucault, Labov y Boudieu y tiene como objetivo relacionar lengua y sociedad,

mostrando que la sociedad humana no se constituye sin el lenguaje, de la misma forma que la lengua no se realiza fuera de las relaciones sociales. La relación entre lengua y sociedad presenta influencia mutua, pues a través del lenguaje se participa de las relaciones sociales de poder y los cambios en la estructura social son consecuencia de la dinámica de esas relaciones. La lengua no es un cuerpo autónomo capaz de determinar las relaciones sociales, como tampoco está determinada por la estructura social, pero hay una relación de influencias entre ellas, por eso que por el análisis lingüístico se pueden comprender elementos importantes de la estructura social, Por el análisis de las relaciones sociales se puede comprender mucho de los procesos lingüísticos. La lengua no está desplazada de un contexto sociocultural, su significación es consecuencia de su contexto de producción, su fuerza simbólica se potencia a partir de la fuerza del grupo social que la produce. La lengua, así como la sociedad, no es un cuerpo estático, hay transformaciones significativas en el curso del proceso histórico, el cambio lingüístico no ocurre aisladamente del movimiento de clase, aunque no es determinada por él, hay una relación entre el cambio lingüístico Y el movimiento de clase, en el que éste sólo se completa cuando ocurre el cambio lingüístico y, al mismo tiempo, es un reflejo del movimiento de clase. Así, no se puede negar la relación de influencias mutuas entre lengua y sociedad.

Palabras clave: Lengua. Sociedad. Contexto sociocultural.

Introdução

Não se pode negar a relação existente entre língua e sociedade e para analisá-la fez-se um percurso que inicia com a análise entre língua e contexto sociocultural, passando pela relação entre a língua e a posição social do falante e finalizando com a análise entre mudança linguística e movimento de classe. No primeiro momento, argumenta-se que a língua ganha significação a partir de seu contexto de produção e que o falante não fala por si só, sua fala não é fundamentada em sua individualidade, mas em uma coletividade social, sendo que sua fala é representante de um grupo social, por isso, quando há variações linguísticas, o valor social é transplantado para a forma linguística, isso quer dizer que quando há duas formas linguísticas a que é produzida por um grupo social de maior *status*, geralmente, tem maior valor social.

A relação entre língua e posição social é aprofundada no segundo item. O argumento defendido é que o valor de uma forma linguística

não está nos seus elementos internos, mas no valor social do grupo que a produz. Assim, a forma linguística do falante reflete sua posição social, muito embora a ascensão social não apague por completo as marcas linguísticas da classe originária ou grupo social do qual o falante pertencia. É verdade também que a mudança de grupo social só se completa quando o falante também muda sua fala, aspecto que é trabalhado no último item do artigo, mostrando que há relação entre a mudança linguística e o movimento de classe.

O movimento de classe é um processo que não acontece sem tensões, mas se desenvolve em meio às lutas sociais que são permeadas por movimentos de resistências e contrarresistências. O motor dessas lutas são as desigualdades sociais, sendo que grupos que possuem um maior quantitativo de poder lutam para manter o seu nível de poder, enquanto os grupos com menor quantitativo de poder resistem às ações de manutenção de poder dos grupos considerados dominantes. Os movimentos originam-se tanto nos grupos dominantes como nos grupos que se posicionam contra a dominação e o resultado da luta entre esses grupos é o fortalecimento de um grupo e o enfraquecimento do outro.

O movimento linguístico se equipara ao movimento de classe, pois a língua é um fator que permeia as lutas sociais, sendo que as formas prestigiadas da fala geralmente são usadas pelos grupos sociais que possuem maior *status* social, por isso, as lutas sociais são refletidas no padrão linguístico do grupo social, isso porque ela é também um identificador social. Sendo que o valor da forma linguística de um grupo social equivale ao *status* social que esse grupo possui e, dessa forma, toda mudança linguística depende da força social do grupo que a originou. Quando o grupo não tem força social o suficiente para implementar a mudança, sua forma linguística é estigmatizada.

A língua e o contexto sociocultural do falante

A língua não se realiza num vácuo social. Ela não existe fora da sociedade, da mesma forma que a sociedade não existe sem ela. A relação entre língua e sociedade não é uma relação em que uma determina a outra, mas de interação entre elas, em que uma se refrata na outra, num sistema de influências. Numa sociedade estratificada, a língua não foge à estratificação. Ela não é um corpo à parte, ela refrata a estrutura estratificada da sociedade, pois “correlacionando-se o comple-

xo padrão linguístico com diferenças concomitantes na estrutura social, será possível isolar os fatores sociais que incidem diretamente sobre o processo linguístico” (LABOV, 2008, p. 19). A língua é um espelho pelo qual se pode observar o desenho da sociedade. Esta não é estática, da mesma forma que a língua não o é, ambas evoluem constantemente num processo de interação.

A evolução linguística não ocorre por si só. A mudança linguística não é autônoma, ela não engendra a si mesma, ela faz parte de um processo de interação social. “Sabemos que cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se no momento de sua expressão, como um produto da interação viva das forças sociais” (BAKHITIN, 2009, p. 67). A palavra é a materialidade da língua, é nela que a língua se realiza, mas não só na palavra em si, mas em todo um contexto no qual está envolto o falante. O contexto de fala não pode ser excluído da significação linguística e é em decorrência desse contexto que a língua evolui, transforma-se.

[...] não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imamente agindo no presente vivo (LABOV, 2008, p. 21).

O desenvolvimento linguístico de uma comunidade tem relação com a sua vida social, as pressões sociais operam também sobre a língua. Toda mudança social se propaga também na língua da comunidade, há uma inter-relação entre uma e outra, sendo que tanto uma como a outra vivem continuamente em processo de transformação, que não são autônomos, mas interdependentes. Se a língua muda, não pode ser por si só. Se ela surge por necessidade social, também é necessário que ela se transforme em decorrência dela.

O desenvolvimento linguístico de um falante não é um processo centrado na sua individualidade. O falante em si não é o senhor de sua língua, ele não fala a língua que deseja, mas a língua que lhe é possível falar, com as formas verbais próprias de sua comunidade linguística, que também é social, cultural e econômica. A língua só se constitui como tal devido às necessidades sociais, econômicas e culturais, é só em decor-

rência dessas necessidades que ela existe, e é em decorrência delas que ela se desenvolve, sendo que não se pode deslocá-la de seu contexto de realização sem que ela perca significação.

A linguagem não é objetiva. Deve-se considerar a posição do sujeito em relação ao tempo e ao espaço. Ela não visa à tradução objetiva das coisas, mas também não é produto de um subjetivismo fundamentado na consciência de um sujeito deslocado do tempo e do espaço. Em todo discurso está presente o sujeito que o produz, mas não é um sujeito que fala por si mesmo, ele fala a partir de uma determinada posição social, o seu discurso ultrapassa a sua individualidade para se tornar voz de uma coletividade, ou melhor, de um grupo social. O sujeito não se sobrepõe ao tempo e ao espaço, mas ele é o que é em decorrência desses fatores e de outros mais, por isso que em um discurso encontra-se a presença do sujeito que fala, mas também do contexto sociocultural no qual ele está inserido, o qual é parte constitutiva do próprio sujeito. Assim, através do discurso, o sujeito não só revela algo, como também a si mesmo e ao contexto sociocultural no qual ocupa determinadas posições sociais.

Renunciaremos, pois, a ver no discurso um fenômeno de expressão – a tradução verbal de uma síntese realizada em algum outro lugar; nele buscaremos antes um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade. O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos (FOUCAULT, 2000, p. 61-62).

O contexto espacial no qual está inserido o sujeito representa a influência que o espaço exerce sobre ele. O desenvolvimento linguístico de um falante é influenciado pelos fatores sociais. Foucault diz que a linguagem mantém relação estreita com o espaço. Ela não é desenvolvida no interior de cada ser humano, mas influenciada pelo meio exterior a si mesma, “desde o fundo dos tempos, a linguagem se entrecruza com o espaço” (FOUCAULT, 2000, p. XII). Da mesma forma, Labov diz que toda mudança linguística é influenciada pelo contexto em que o falante vive, sendo que “nenhuma mudança ocorre num vácuo social. Até mesmo a

mudança em cadeia mais sistemática ocorre num tempo e num lugar específicos” (LABOV, 2008, p. 20). O contexto sociocultural influencia o discurso, pois este não é um ato livre do sujeito ou de sua consciência, mas influenciado pelos determinantes socioculturais do contexto de vida do sujeito.

A língua é um código que se materializa na fala e na escrita, tanto uma como a outra se inserem num sistema linguístico, porém esse sistema não pode ser considerado em si mesmo, porque em si mesmo ele não existe. Ele só existe em função de uma realidade sociocultural na qual o falante da língua está inserido. Não se pode dissociar a língua do falante que a utiliza, como não se pode deslocar o falante de seu contexto de vida. Um está no outro de uma forma indissociável: língua e falante, falante e contexto de vida. Dessa forma, a língua se relaciona com o contexto de vida do falante com todas suas nuances (sociais, culturais, econômicas, históricas, artísticas, religiosas etc). Assim, a língua não pode ser analisada como um sistema formal isolado de significações socioculturais. Este entendimento se afasta da concepção saussuriana, que compreende que a “língua previamente realiza conceitos isolados, que esperam ser relacionados entre si para que haja significação do pensamento” (SAUSSURE, 1978, p. 4). Ao contrário, não se pode isolar os signos linguísticos de suas significações socioculturais, pois estes só podem ganhar significação dentro de um contexto sociocultural.

Não se cria um signo linguístico para depois dar-lhe significado. Não existe significante sem significado na perspectiva de um signo linguístico, o que ocorre é que um “signo linguístico” sem significado se materializa no que se denomina sinal concreto do signo. O sinal é a materialização do signo, ele só ganha *status* de signo quando lhe é atribuído um significado, o qual é social, pois “o signo linguístico vê-se marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinados” (BAKHITIN, 2009, p. 67). Embora o signo possa evoluir ou variar conforme o contexto de fala, ele não existe por si só.

A palavra, que é um signo linguístico, não é criada sem significado e estocada para necessidades futuras. Ela emerge com significação específica conforme as vicissitudes socioculturais, mas com potencialidade polissêmica. “O que erige a palavra como palavra e a ergue acima dos gritos e dos ruídos é a proposição nela oculta” (FOUCAULT, 2002, p. 128), ou seja, é o significado contido na palavra que a faz palavra, é o seu conteúdo intencional, que lhe confere um sentido linguístico, que

o transforma em signo, o qual “traça a divisória entre o homem e o animal” (FOUCAULT, 2002, p. 85). Com isso, o signo linguístico se caracteriza como polissêmico. Dependendo do contexto sociocultural em que é utilizado, pode ganhar ou perder significação. Uma palavra em desuso pode reviver com um novo significado, em outro contexto.

O sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. De fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis. No entanto, nem por isso a palavra deixa de ser una. Ela se desagrega em tantas palavras quantos forem os contextos nos quais ela pode se inserir (BAKHITIN, 2009, p. 109-110).

O significante não traz em si o seu significado, o qual é determinado pelo contexto de produção. A palavra como significante não perde sua identidade em decorrência de sua inserção em outro contexto, porém seu significado pode ser alterado, essa alteração faz parte da polissemia linguística da palavra. Dessa forma, a significação linguística da palavra está aberta a novas possibilidades de uso. Negar a possibilidade de variação da significação da palavra é instituir a soberania do significante em relação ao significado. Essa soberania reflete-se na tentativa de eternizar as formas verbais da língua, ou mesmo de supervalorizar algumas realizações verbais em detrimento de outras.

Quando se relaciona a supervalorização linguística com as relações sociais, observa-se que as formas verbais valorizadas são as de uso da classe social dominante, daí a estreita relação entre a estratificação da língua e a estratificação social, embora Labov alerte para o cuidado que se deve ter em relacionar a estrutura social com a estrutura linguística, sendo que elas não são coextensivas, pois “a grande maioria das regras linguísticas estão bastante distantes de qualquer valor social” (LABOV, 2008, p. 290), porém, ele afirma também que “os valores sociais são atribuídos a regras linguísticas somente quando há variação” (LABOV, 2008, p. 290), isto porque os falantes não aceitam que variantes linguísticas diferentes tenham o mesmo significado e quando um grupo social tem uma variante diferente, os valores sociais desse grupo são transferidos para essa variante. Com isso, o contexto social em que se produz uma forma linguística influencia no valor que se atribui a ela. Daí a impossibilidade de se negar a relação entre língua e sociedade.

O valor social da língua só ganha relevância quando formas linguísticas se contrapõem, ou seja, quando há variação linguística, pois

a forma valorizada será a de uso da classe ou grupo que possui maior *status* social. Dessa forma, não há elemento interno na forma verbal que justifique o seu valor de uso, mas, ao contrário, são elementos extralinguísticos que lhe conferem a supremacia em relação às formas linguísticas concorrentes. Dessa forma, uma forma linguística é valorizada ou desvalorizada em função da classe ou do grupo social que a realiza. Ela em si não possui valor social; este se agrega a ela a partir da posição social de quem a realiza. O valor social da língua é um mecanismo criado pela estratificação social e ao mesmo tempo um mecanismo de manutenção dessa estratificação. Não há como existir uma língua não estratificada em uma sociedade estratificada, uma vez que ela surge e se desenvolve pelas necessidades sociais.

A língua é um instrumento de uso dos falantes de um grupo social, sendo que o contexto sociocultural dos falantes muda em decorrência do grupo social ao qual o falante pertence, então, inevitavelmente há formas linguísticas inerentes a cada grupo social, sendo que existe um núcleo linguístico comum, mas também um núcleo diversificado dentro de uma sociedade de classe. Em relação ao núcleo comum não há valor social explícito, porém em relação ao núcleo diversificado, a estratificação social é refletida na língua. A partir da fala se identifica o grupo social ao qual o falante pertence.

Il ne suffit pas de dire, comme on le fait parfois, pour échapper aux difficultés inhérentes à une approche purement interne du langage, que l'usage que fait du langage, dans une situation détermine, un locuteur déterminé, avec son style, sa rhétorique et toute sa personne socialement marquée, accroche aux mots des "connotations" attachées à un context particulier, introduisant dans le discours le surplus de signifié qui lui confère sa "force illocutionnaire". En fait, l'usage du langage, c'est-à-dire aussi bien la manière que la matière du discours, dépend de la position sociale du locuteur qui commande l'accès qu'il peut avoir à la langue de l'institution, à la parole officielle, orthodoxe, légitime. C'est l'accès aux instruments légitimes d'expression, donc la participation à l'autorité de l'institution, qui fait toute la différence [...] (BOURDIEU, 2001, p. 161-163).³

3 Não basta dizer, como às vezes se faz, para evitar as dificuldades inerentes a uma aproximação puramente interna da linguagem, que o uso da linguagem em uma situação determinada, um falante determinado, com seu estilo, sua retórica e toda sua pessoa socialmente marcada,

A significação linguística não se restringe aos elementos internos da língua. As palavras ganham significados sociais a partir do seu contexto de produção. Cada falante possui marcas sociais que também estão na sua língua e esta é um instrumento de identificação social, pois a forma linguística é influenciada pela posição que o falante ocupa na estrutura social, sendo que o acesso deste aos instrumentos sociais e culturais faz a diferença na aquisição de sua forma linguística. A forma linguística de um falante tem relação com a posição social que ele ocupa na sociedade, sendo que a língua não se desenvolve a parte da estruturação social, por isso ela é um indicativo da posição social do falante ou da importância do grupo social do qual pertence o falante, daí não haver dúvida da relação existente entre língua e posição social do falante.

A língua e os reflexos da posição social do falante

A língua identifica, mas também diferencia os grupos sociais e os falantes desses grupos. Ela marca a posição social do falante. Numa sociedade estratificada, ela é um elemento de identidade de um grupo social e, ao mesmo tempo, é uma marca que o diferencia dos outros grupos. Há níveis e barreiras na sociedade que são percebidos e exercidos também na língua. Não é ela que cria a estratificação social, mas reflete-a, registra e marca essa estratificação. "São as classes que agrupam as profissões e as separam. A língua registra essa separação: as funções exercidas por artesões não se chamam profissões e sim ofícios" (GOBLOT, 1989, p. 38). A simples distinção entre profissão e ofício demarca uma divisão de classe que se concretiza também na língua. Não é a partir da língua que se supera a estratificação social. Ela por si só não é capaz de desencadear mudanças radicais na estrutura social, mas é a partir dela que se transmitem valores e ideias, ou seja, o conteúdo ideológico que alicerça e constrói os fundamentos da sociedade.

A variação no comportamento linguístico não exerce, em si mesma, uma influência poderosa sobre o desenvolvimento social, nem afeta drasticamente as

pendura às palavras "conotações" associadas a um contexto particular, introduzindo no discurso o excesso de significado que lhe confere sua "força ilocutória". De fato, o uso da linguagem, que é a exploração da matéria do discurso, depende da posição social do falante que comanda o acesso que ele pode ter à língua institucionalizada, à fala oficial, ortodoxa, legítima. É o acesso aos instrumentos legítimos de expressão, portanto, a participação na autoridade da instituição, que faz toda diferença.

perspectivas de vida do indivíduo; pelo contrário, a forma do comportamento linguístico muda rapidamente à medida que muda a posição social do falante. Essa maleabilidade da língua sustenta sua grande utilidade como indicador de mudança social (LABOV, 2008, p. 140).

O falante não muda por si só sua maneira de falar. Não é a fala em si mesma que faz com que o falante mude de posição social, mas, ao contrário, é a mudança de posição social que faz o falante mudar sua maneira de falar. Porém essa mudança é relativa, pois mesmo que o falante mude de posição social, sua língua não muda por completo. Há marcas linguísticas que permanecem e fazem com que se perceba a sua origem social. Há sempre uma barreira linguística a transpor quando se muda de posição social, pois existe entre os diversos grupos ou classes de uma sociedade barreiras que impedem o acesso dos grupos de *status* inferior a participarem ativamente das relações sociais de poder, uma delas é a barreira linguística, que se constitui devido os grupos de *status* inferior não dominarem os códigos linguísticos usados nas relações sociais da classe dominante. Conseqüentemente, quem não tem acesso a esses códigos fica à margem também das relações de poder.

Não se pode dissociar a forma linguística da posição social do falante, pois uma se reflete na outra. Numa sociedade de classe, as mobilidades sociais se refletem na língua, muito embora, numa análise mais apurada, seja possível identificar a origem social do falante que ascendeu a uma classe de *status* mais elevado. As marcas linguísticas não se resumem à posição de classe, mas também às relações de gênero e etnia, entre outras.

A ascensão de um sujeito a uma classe de maior *status* não se completa apenas no âmbito econômico, entre outras mudanças. Faz-se necessário também a do padrão linguístico. Com isso se torna mais difícil transpor a barreira que separa as classes ou grupos sociais. Para transpô-la é necessário que se distancie da classe de origem e se nivele à classe que se deseja fazer parte. É um processo que se movimenta entre a distinção e a identificação. "Passar de uma para outra classe é desligar-se da antiga, sem que não se é aceito na nova, a qual não admite uma sociedade *misturada*" (GOBLOT, 1989, p. 15). A mudança de classe implica também mudança linguística. Os sujeitos que estão mais próximos da fronteira de classe são os que procuram mais acentuar o com-

portamento de classe. Esse processo é refletido no fenômeno linguístico denominado hipercorreção, que se caracteriza devido ao fato “que os falantes da classe média baixa vão além do grupo de status mais elevado em sua tendência a usar as formas consideradas corretas e apropriadas para estilos formais” (LABOV, 2008, p. 155), ou seja, as formas linguísticas prestigiadas, em situações formais, são mais realizadas pela classe imediatamente inferior à classe de origem da forma prestigiada.

Nessa situação há uma tendência à correção linguística que, geralmente, leva o falante a exageros linguísticos na tentativa de elevar sua forma linguística a outro padrão que é considerado de maior valor social. O falante reconhece o valor social do padrão que deseja realizar, porém não o realiza satisfatoriamente, nem no seu cotidiano nem em situações formais, isso gera um desacordo entre o padrão que é produzido e o que se deseja produzir.

[...], à la correction linguistique, chez soi et chez les autres, qui les pousse à l'hypercorrection, leur insécurité qui atteint son paroxysme dans les occasions officielles, engendrant les “in corrections” par hypercorrection ou les audaces angoissées de l'aisance forcée, sont l'effet d'un divorce entre les schèmes de production et les schèmes d'appréciation: divisés en quelque sorte contre eux-mêmes, les petits-bourgeois sont à la fois les plus “conscient” de la vérité objective de leurs produits (celle qui se définit dans l'hypothèse savant du marché parfaitement unifié) et les plus acharnés à la refuser, à la nier, à la démentir par leurs efforts. Comme on le voit bien en ce cas, ce qui s'exprime à travers l'habitus linguistique, c'est-à-dire, en fait, la position occupée, synchroniquement et diachroniquement, dans la structure sociale. L'hypercorrection s'inscrit, on l'a vu, dans la logique de la prétention qui porte les petits-bourgeois à tenter de s'approprier avant l'heure, au prix d'une tension constante, les propriétés des dominants; et l'intensité particulière de l'insécurité et de l'anxiété en matière de langue [...] (BOURDIEU, 2001, p. 122).⁴

4 A correção linguística, em casa e entre os outros, que os leva à hipercorreção, sua insegurança que atinge seu auge nas ocasiões oficiais, gerando as “in correções” por hipercorreção ou as audácias angustiadas da facilidade forçada, são efeitos dum divórcio entre os padrões de produção e os padrões de apreciação: divididos de alguma forma contra si mesmos, os pequeno-burgueses são, às vezes, mais “conscient” da verdade objetiva dos seus produtos (o que se define na hipótese sábia do mercado perfeitamente unificado) e os mais obstinados a recusar, a negar e a contradizer seus esforços. Como é evidente, neste caso, que se exprime através do *habitus* linguístico, isto é, da posição ocupada, sincrônica e

Essa linha limítrofe entre um nível e outro, entre uma classe e outra gera insegurança no sujeito que ascende a outra classe ou grupo. Com isso ele procura evidenciar a sua nova condição e isso o leva a cometer excessos que evidenciam a sua insegurança no que se refere ao comportamento social e linguístico. A insegurança linguística faz com que o falante deseje realizar formas linguísticas que não fazem parte do seu cotidiano, mas que ele reconhece como marcadores de prestígio, por isso, em situações formais, ele as realiza num grau mais elevado que os falantes pertencentes ao grupo de origem dessas formas linguísticas, mas na fala cotidiana, esse mesmo falante não realiza essas formas linguísticas com o mesmo rigor. Isso demonstra que a língua é um fator de identidade sociocultural. Mesmo quando um falante procura camuflar sua origem sociocultural elevando sua fala a outro nível, ela destoa da dos falantes originários do grupo social ao qual ele gostaria de identificar-se.

Fica evidente que uma forma de os indivíduos de um grupo social se diferenciarem dos de outro grupo é através da diferenciação linguística, demarcando sua identidade sociocultural. “Não surpreende, portanto, descobrir que as diferenças fonéticas se tornam cada vez mais marcadas à medida que o grupo luta por manter sua identidade” (LABOV, 2008, p. 49). A forma linguística de cada um diz de si o seu posicionamento diante da realidade; através dela o falante se aproxima ou afasta-se de determinado grupo social, pois a fala carrega em si o acúmulo cultural e social do grupo ao qual pertence e não só o desejo e as aspirações do falante comomembro desse grupo.

[...] le pouvoir des mots réside dans le fait qu'ils ne sont pas prononcés à titre personnel par celui qui n'en est que le "porteur": le porte-parole autorisé ne peut agir par les mots sur les choses mêmes, que parce que sa parole concentre le capital symbolique accumulé par le groupe qui l'a mandaté et dont il est le *fondé de pouvoir* (BOURDIEU, 2001, p. 163).⁵

diacronicamente, na estrutura social. A hipercorreção se inscreve, como vimos, na lógica da pretensão dos pequeno-burgueses que tendem a se apropriar antes da hora, ao preço duma tensão constante, das propriedades das classes dominantes; intensificando, particularmente, a insegurança e angústia em matéria de linguagem.

5 O poder das palavras reside no fato que elas não são pronunciadas a título pessoal por aquele que não é seu “portador”: o porta-voz autorizado não age por suas próprias palavras sobre as coisas, porque sua palavra concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe mandatou e que ele é o mandatário.

O capital cultural de um grupo social está presente na fala de um falante desse grupo, o qual não fala por si só; ele fala em nome do grupo. Em uma comunidade de fala existem vários grupos sociais que se identificam a partir de aspectos socioculturais inerentes a cada grupo. A forma linguística é um desses aspectos, pois uma comunidade de fala não se caracteriza pela homogeneidade linguística, podendo existir, em vez disso, uma estratificação linguística que se relaciona com a estratificação social existente nessa comunidade.

Fica nítida a existência de barreira e nível dentro de uma comunidade de fala, pois “uma comunidade de fala não pode ser concebida como um grupo de falantes que usam todos as mesmas formas; ela é mais bem definida como um grupo que compartilha as mesmas normas a respeito da língua” (LABOV, 2008, p. 188t). Isso quer dizer que a língua de uma comunidade de fala não é homogênea, existem variações e estratificações linguísticas dentro dela, pois o que constitui uma comunidade de fala não é a unicidade da forma linguística, mas o compartilhamento de uma norma linguística que se universaliza para essa comunidade, mas que não exclui a diversidade de formas linguísticas no seu interior. Essa diversidade possibilita a existência de grupos sociais distintos dentro da mesma comunidade de fala. Cada grupo possui formas linguísticas diferenciadas e são elas que o identificam como grupo. O que faz grupos distintos pertencerem a uma mesma comunidade de fala é a possibilidade de interação entre eles, pois compartilham das mesmas normas linguísticas, mas se distinguem no uso particular da língua, ou seja, cada grupo cria formas linguísticas próprias que possibilitam a sua distinção como grupo social. Daí existem formas linguísticas de prestígio e formas estigmatizadas dentro de uma comunidade de fala. A existência dessa estratificação linguística dentro de uma comunidade de fala correlaciona-se à estratificação sociocultural dessa comunidade. As formas linguísticas de prestígio são consideradas códigos elaborados, que possibilitam ao sujeito influir nas relações sociais de poder. Quem não consegue produzir esses códigos permanece em situação inferiorizada nas relações de poder.

As condições de produção dos discursos são diversificadas, assim como o sujeito do discurso não é um sujeito ideal, mas um sujeito real, que está submetido a certas condições e circunstâncias. Quando ele profere um discurso, não fala de um lugar vazio; ele ocupa uma posição social e a sua fala é um reflexo dessa posição. Sendo que o processo

de escolarização leva o sujeito a ter consciência do significado social da fala e, com isso, desenvolver formas prestigiadas de falar, porém aqueles que pertencem a grupos que não possuem prestígio social e cuja forma linguística não se aproxima das formas de prestígio apresentam dificuldades, às vezes insuperáveis, no processo de aquisição das formas linguísticas de prestígio.

É no primeiro ano do ensino médio que o falante começa a adquirir o conjunto de normas avaliativas [...]. Ele se torna sensível ao significado social de sua própria maneira de falar e de outras; a familiaridade total com as normas da comunidade parece ser atingida aos 17 ou 18 anos de idade. Por outro lado, a capacidade de usar formas prestigiadas de falar, [...], só é adquirida relativamente tarde: os mais jovens parecem iniciar esse processo aos 16 ou 17. Um jovem da classe operária ou da classe média baixa nunca adquire no uso desta forma de prestígio a segurança que os jovens da classe média alta adquirem (LABOV, 2008, p. 168).

O processo de aquisição das normas linguísticas da comunidade de fala é demorado. Dependendo do contato do falante com as normas linguísticas, a aquisição pode ocorrer mais cedo. Para um falante de classe média baixa, que não tem uma exposição contínua às normas de prestígio, a aquisição é um processo demorado e contínuo e não alcança o mesmo sucesso obtido pelos falantes de classe média alta, que convivem continuamente expostos às normas de prestígio. A escola e a universidade são instituições que favorecem o contato com as normas prestigiadas, assim, à medida que a escolarização avança, o sujeito toma consciência da estratificação da língua e, geralmente, procura usar as formas de maior prestígio, pois “o correlato da estratificação regular de uma variável sociolinguística no comportamento é a concordância uniforme em reações subjetivas a essa variável” (LABOV, 2008, p. 288). Assim, o comportamento linguístico de um falante tem correspondência com a sua reação subjetiva, ou seja, se um falante produz determinada variável de prestígio é porque ele tem uma reação positiva a essa variável, ao contrário, se um falante produz uma variável estigmatizada, ele não a reconhece como tal, na medida em que há um reconhecimento o falante se esforça para realizar a forma não estigmatizada, pelo menos em contexto estilístico mais monitorado.

O sucesso do falante na produção de uma forma de prestígio social tem relação com sua exposição a essa variável, sendo que os fatores que mais influenciam para a aquisição de uma forma linguística são a família e a escola. Nesses espaços sociais, o falante se depara com mais intensidade com as formas linguísticas que constituirão o seu padrão linguístico. Sabendo que na escola há uma valorização da forma linguística de prestígio, fica evidente que o falante que possui contexto familiar similar ao contexto escolar seguramente terá sucesso na aquisição da forma linguística de prestígio.

Du fait que la maîtrise de la langue légitime peut s'acquérir par la familiarisation, c'est-à-dire par une exposition plus ou moins prolongée à la langue légitime ou par l'inculcation expresse de règles explicites, les grandes classes de modes d'expression correspondent à des classes de modes d'acquisition, c'est-à-dire à des formes différentes de la combinaison entre les deux principaux facteurs de production de la compétence légitime, la famille et le système scolaire (BOURDIEU, 2001, p. 94).⁶

A aquisição da norma linguística de prestígio é um processo demorado, que depende da exposição do falante a esse contexto de fala. A família e a escola são os principais responsáveis por propiciar as condições fundamentais para o desenvolvimento da norma linguística do falante, porém quando não há uma confluência desses dois fatores dificilmente se consegue desenvolver uma norma linguística de prestígio. Daí a relação entre o código pedagógico da escola e o da família. Quanto mais próximo um se encontra do outro mais exitoso é o processo de aquisição do código de prestígio social.

Uma interrogação que se coloca é se a escola obtém êxito no processo de escolarização, fazendo com que os estudantes adquiram consciência da estratificação da língua e, conseqüentemente, tenham um desenvolvimento linguístico que lhes possibilite interagir em diferentes contextos de fala. Não se pode negar que toda ação discursiva envolve saberes e poderes decorrentes da posição do sujeito no contexto de fala

⁶ Do fato que o domínio da língua legítima pode se adquirir pela familiarização, ou seja, por uma exposição mais ou menos prolongada à língua legítima ou por inculcação expressa de regras explícitas. As grandes classes de modos de expressão correspondem às classes de modos de aquisição, ou seja, as formas diferentes da combinação entre os dois principais fatores de produção da competência legítima, a família e o sistema escolar.

e de sua posição na estrutura social. A escola, por sua vez, tem a responsabilidade de possibilitar o desenvolvimento linguístico do estudante para que ele possa ampliar sua ação comunicativa dentro da sociedade, porém ela não é capaz de realizar isso sozinha, pois faz parte de uma estrutura social estratificada em que o padrão linguístico usado na escola se distancia do padrão dos estudantes da classe trabalhadora, evidenciando a relação existente entre língua e posição de classe, sendo que uma mudança linguística não ocorre isolada do movimento de classe.

As mudanças linguísticas e os movimentos de classe

As relações sociais numa sociedade de classe são desiguais. Assim como as relações de poder, essa desigualdade é refletida no grau de classificação das relações entre os grupos e nas relações internas de cada grupo. A classificação é uma forma de circunscrever os limites de cada grupo, definindo os elementos de identificação de grupo e os de distinção em relação aos outros grupos.

A existência de uma classificação forte entre os grupos sociais reflete uma acentuada desigualdade entre eles, sendo que o objetivo dela é a manutenção das desigualdades e, conseqüentemente, da própria estrutura social e de poder. O processo de classificação é um movimento de cima para baixo, mas não se efetiva sem resistência. Um dos reflexos dessa resistência é o enfraquecimento da própria classificação. Nenhum movimento de cima para baixo se efetiva sem resistência, da mesma forma que nem todo movimento tem esse sentido. A resistência, geralmente, tem sentido contrário, de baixo para cima, mas não só a resistência, há movimentos que se originam embaixo, da mesma forma não conseguem implantar as transformações que objetivam devido às contrarresistências que vêm de cima.

Seja onde for que se origine o movimento, sempre há resistência ou contrarresistência, sempre há confronto, e o que determina o sucesso ou insucesso do movimento são as relações de força manifestadas nesse embate, que geralmente são desiguais, sendo que “enquanto as relações de poder são uma relação desigual e relativamente estabilizada de forças, é evidente que isso implica um em cima e um embaixo, uma diferença de potencial” (FOUCAULT, 2013, p. 372), essa diferença de potencial é o termômetro das lutas sociais e o que determina o recuo ou avanço do movimento.

O movimento deflagrado não recua ao seu ponto de origem. O confronto imprime mudanças que fortalecem um grupo e enfraquecem o outro. O que sai fortalecido não alcança plenamente seus objetivos, porque do outro lado houve um quantitativo de força capaz de resistir às investidas de domínio e controle do outro grupo. Toda mudança parte de um movimento, nem sempre de cima para baixo. Quando tem esse sentido geralmente objetiva a manutenção do poder e o fortalecimento do controle; quando tem sentido contrário, geralmente objetiva o enfraquecimento do poder e do controle. Por isso, toda mudança que ocorre suscita questões sobre a origem do movimento que a protagonizou; reconhecendo-se sua origem compreende-se a natureza das mudanças.

[...]: si un valor cambia de fuerte a débil o viceversa, si el enmarcamiento o la clasificación cambia de fuerte a débil, es necesario plantear estas dos cuestiones básicas:

• ¿qué grupo es responsable de la iniciación del cambio?, ¿lo ha iniciado un grupo dominante o un grupo dominado?;

• si los valores se debilitan, ¿cuáles siguen siendo fuertes? (BERNSTEIN, 1998, p. 47).⁷

A mudança social não é autônoma. Há sempre um movimento que a impulsiona. Uma uma vez que a sociedade não é homogênea, os interesses dos grupos sociais que a compõem não convergem para o mesmo fim e, devido à estratificação social, são por vezes conflitantes. É do conflito social que surgem os movimentos que engendram as mudanças, por isso, essas possuem, geralmente, duas orientações distintas: uma para a reprodução e a outra para a transformação. Isso se observa em todos os âmbitos sociais, do econômico ao linguístico.

A ordem social se mantém sob o risco constante de desordenar-se, pois é confrontada continuamente com ações de resistência, as quais se refletem em todos os âmbitos da vida social. Sendo a língua um reflexo do grau de desenvolvimento de uma sociedade e que seus valores são traduzidos na fala da comunidade, ela não deixa de ser uma

⁷ Se um valor muda de forte para fraco ou vice-versa, se o enquadramento ou a classificação muda de forte para fraco, é necessário colocar duas questões básicas:

- que grupo é responsável pelo início da mudança? Se ela foi iniciada por um grupo dominante ou por um grupo dominado?
- se os valores se enfraquecem, quais continuam sendo fortes?

forma de demarcação social, porque as barreiras de classe também são barreiras linguísticas e quando há um nivelamento de classe também há um nivelamento linguístico. Dessa forma, “toda demarcação social é ao mesmo tempo barreira e nível. É preciso que a fronteira seja uma escarpa, mas que acima da escarpa haja um planalto” (GOBLOT, 1989, p. 20), ou seja, a ascensão social é uma mudança de nível que pressupõe a superação de uma barreira, esta superação recoloca o indivíduo em outro nível que exige o seu desligamento com o nível suplantado.

As mudanças sociais são refletidas no padrão linguístico e, da mesma forma que estas, as mudanças linguísticas podem acontecer de baixo para cima ou de cima para baixo como reflexo das lutas sociais no âmbito linguístico. Como não se pode correlacionar os dados linguísticos com medidas de comportamento social que não se pode fazer a comparação ao longo do tempo, o mais viável é “conectar o comportamento linguístico com a medida do *status* atribuído ou adquirido pelos falantes” (LABOV, 2008, p. 327), pois as mudanças na língua parecem “estar correlacionadas com mudanças na posição dos subgrupos com os quais o falante se identifica” (LABOV, 2008, p. 327), ou seja, a identificação social do falante interfere no seu padrão linguístico, sendo que a língua pode ser considerada como identificador de grupo ou classe social e há uma correlação entre mudança linguística e movimento de classe.

Estudos de mudanças sonoras atuais mostram que uma inovação linguística pode começar com qualquer grupo particular e se difundir para fora dele, e que esse é o desenvolvimento normal; e que esse grupo particular pode ser o de mais alto status, mas não necessariamente nem tão frequentemente assim (LABOV, 2008, p. 330).

Não há uma forma fixa e predeterminada da mudança linguística. Ela pode acontecer de baixo para cima ou de cima para baixo e está correlacionada com mudanças sociais. A mudança linguística não é autônoma, mas desencadeada dentro de um movimento social, pois “o processo de mudança sonora aparece não como um movimento autônomo dentro dos limites de um sistema linguístico, mas sim, como uma reação complexa a diversos aspectos do comportamento humano” (LABOV, 2008, p. 195). Assim, não se pode negar a correlação entre comportamento linguístico e comportamento social e que toda mudança

se origina e segue seu processo de propagação confrontando-se com padrões já estabelecidos, daí a luta por sua consolidação. Caso contrário, ocorre o recuo da referida mudança.

Uma mudança linguística que se estabelece não ocorre por si só, mas tem relação com o grupo social que a desencadeia. A força social do grupo impulsiona a consolidação da mudança linguística. Se o grupo não consegue ascensão social, sua forma linguística se torna estigmatizada. Então, a mudança linguística está relacionada com a mudança do grupo, originário da forma linguística, na estrutura social. Nenhuma mudança linguística é autônoma. São as condições sociais objetivas que lhe dão suporte à sua propagação e consolidação, da mesma forma, a mudança do padrão linguístico de um falante não é decorrente de uma competência individual.

Entrar na ordem discursiva dominante independe da vontade de cada indivíduo. Não se trata de uma competência discursiva dele. Se assim fosse, a não entrada do indivíduo na ordem discursiva das relações de poder recairia sobre o próprio indivíduo, devido ao não desenvolvimento de sua competência discursiva, porém a competência discursiva dele não é algo que se desenvolva autonomamente. São necessárias condições sociais adequadas para que ela se desenvolva. A ideia de um desenvolvimento autônomo de uma competência discursiva não se sustenta diante da constatação de que a língua e o desenvolvimento linguístico estão relacionados com as condições socioculturais do falante e também nas quais se realizam os atos de fala.

Labov critica Chomsky dizendo que para este “o objeto próprio da linguística deveria estar restrito aos julgamentos intuitivos dos falantes nativos” (LABOV, 2008, p. 224), para Labov, Chomsky se baseia em dois postulados: a homogeneidade da língua e a acessibilidade da *language* pelo falante, sendo que seria possível descartar as regras variáveis a partir do argumento de que elas seriam regras de desempenho, ou seja, a variação seria um reflexo da competência linguística do falante. Esses dois postulados não se sustentam, uma vez que a língua não se apresenta como um corpo homogêneo e que ela, como forma discursiva, não é acessível a todos, pois nem todos têm assegurado o acesso às formas discursivas especializadas. Além disso, mesmo que a competência linguística esteja relacionada com a capacidade de o falante perceber e aceitar as regras de variações linguísticas, esse conceito é imensurável, portanto, abstrato.

A capacidade dos seres humanos de aceitar, preservar e interpretar regras com condicionamentos variáveis é sem dúvida um aspecto importante de sua competência linguística ou *langue*. Mas ninguém tem consciência dessa competência, e não existem julgamentos intuitivos acessíveis para revelá-la a nós (LA-BOV, 2008, p. 263).

A competência linguística está num plano abstrato, que não se correlaciona com a realidade concreta da língua. A língua não está aberta a todos, pois há campos impenetráveis que evidenciam as relações de poder inerentes ao campo linguístico, às formas discursivas. Pensar numa língua homogênea é pensar numa sociedade também homogênea, uma vez que a língua é uma representação dos valores socioculturais dos falantes. A língua não pode se desconectar das relações sociais. Os desníveis existentes nessas também são expressos naquela. Assim, a lógica da competência linguística está relacionada também com uma lógica do pensamento social, que põe o sujeito como único responsável pelo seu desenvolvimento, tanto social como linguístico.

La lógica social del concepto 'competencia' puede manifestar:

1. la proclama de una democracia universal de adquisición [...];
2. el individuo como activo y creativo en la construcción de un mundo válido de significado y de práctica. [...];
3. una exaltación del uso del lengua cotidiano y oral y una reticencia respecto a los lenguajes especializados;
4. una sospecha en relación con los socializadores oficiales, [...];
5. una crítica de las relaciones jerárquicas, cuando la flexibilidad sustituye a la dominación, y la adaptación a la imposición (BERNSTEIN, 1998, p. 176).⁸

8 A lógica social do conceito 'competência' pode manifestar:

1. a proclamação de uma democracia universal de aquisição;
2. o indivíduo como ativo e criativo na construção de um mundo válido de significado e de prática;
3. uma exaltação do uso da língua cotidiana e oral e uma reticência a respeito às linguagens especializadas;
4. uma suspeita em relação aos mecanismos de socialização oficiais;
5. uma crítica das relações hierárquicas, quando a flexibilidade substitui à dominação e a adaptação à imposição.

A lógica social do conceito de competência manifesta uma democracia universal de aquisição de conhecimento, em que o sujeito possui papel ativo na construção de um mundo de significado, em que se exalta a linguagem cotidiana, sendo que todo desenvolvimento linguístico pode ser adquirido informalmente nas relações cotidianas. Isso nega as relações institucionais de socialização e as relações hierárquicas da sociedade. Tudo isso põe o sujeito como único responsável pela sua competência em um mundo aberto à sua criatividade e sem impedimento social para o seu autodesenvolvimento, o que evidencia as relações entre o conceito de competência linguística e as ideias liberais. “Quizá podamos entender ahora cómo el concepto de competencia tuvo eco y se vió legitimado por las ideologías liberales progresistas y radicales de los primeros sesenta” (BERNSTEIN, 1998, p. 176), ou seja, não se pode deixar de relacionar o desenvolvimento dos estudos linguísticos com o pensamento político, em que se opõe realismo e idealismo.

Sin embargo, el idealismo de la competencia, la exaltación de lo que somos, en contraste con el modo en que se nos há posicionado, tuvo un precio: la abstracción del individuo del análisis de la distribución del poder y de los principios de control que especializan selectivamente los modos de realización y su adquisición. Así, la promoción de la competencia se aparta de esa especialización, de insistencia en el microcontexto [...]. Los grupos dominantes legitiman como superiores unas diferencias, otras se juzgan inferiores, pero como todos son competentes, las manifestaciones inadecuadas de comunicación de los considerados inferiores están en función de los contextos, la interacción, los significados, los criterios y los valores en los que están inmersos, creado por el grupo dominante (BERNSTEIN, 1998, p. 176-177).⁹

Há um idealismo no conceito de competência que exalta o que o sujeito é em detrimento do modo como ele vive, ou seja, o sujeito é ca-

⁹ No entanto, o idealismo da competência, a exaltação do que somos, em contraste com o modo em que estamos posicionados, teve um preço: a abstração do indivíduo das análises da distribuição do poder e dos princípios de controle que selecionam os modos de sua realização e aquisição, assim, a promoção da competência se separa dessa especialização, de insistência no microcontexto [...]. Os grupos dominantes legitimam como superiores umas diferenças e outras se julgam inferiores, mas como todos são competentes, as manifestações inadequadas de comunicação dos considerados inferiores estão em função dos contextos, a interação, os significados, os critérios e os valores nos quais estão imersos, criados pelo grupo dominante.

paz de desenvolver-se independentemente da estrutura social na qual vive. Isso faz com que ele não perceba a influência das relações de poder e dos princípios de controle sobre si mesmo e, conseqüentemente, afasta-se do embate travado nas relações sociais. Assim, toda diferença social e linguística recai no sujeito, que se torna incapaz de desenvolver-se. Porém, os parâmetros dessas diferenças são criados pelos grupos dominantes. São eles que instituem o que é inferior ou superior, sendo que todos podem desenvolver-se e, quando não conseguem, a responsabilidade recai sobre o contexto no qual o sujeito está inserido, qualificando-o como empobrecido, mas sem levar em consideração a estrutura social que produz esse contexto.

O resultado desse processo é o não acesso do sujeito às regras de utilização do discurso e a responsabilidade por isso é atribuída ao próprio sujeito ou ao contexto no qual ele está inserido, não levando em consideração a estrutura social e as relações de poder inerentes às relações sociais. Portanto, a competência linguística correlaciona-se com uma compreensão natural da sociedade em que todas as diferenças são decorrentes da natureza, sendo que os fatores sociais não exercem influências na produção dessas diferenças. Essas diferenças ditas naturais funcionam como mecanismo de controle do discurso dos indivíduos que falam, são elas que impedem o acesso deles às regras de utilização do discurso, pois o sujeito que fala deve ser qualificado para entrar na ordem discursiva, a qual se fundamenta em verdades preestabelecidas.

O desejo de construção da verdade é uma forma de exclusão de possibilidades discursivas, pois “essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia” (FOUCAULT, 2008, p. 17). A vontade de verdade é a instituição de uma verdade, de um parâmetro universal para ela, que exclui o discurso que não segue sua lógica, considerando-o falso. A construção de uma verdade passa pela oposição entre o verdadeiro e o falso e tanto um como o outro não possuem razão de ser que não esteja relacionada com as relações de poder.

As relações discursivas são delimitadas pelas relações de poder, nas quais se operam interdições que limitam a ação discursiva a áreas que não oferecem riscos à estrutura social vigente, pois “sabe-se bem que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2008, p. 9). A

interdição da palavra é um controle sobre a proliferação dos discursos. Nem tudo pode ser dito, pois pode desestabilizar as verdades estabelecidas e, com isso, perder-se o controle sobre a verdade e seus critérios. O discurso é cerceado quando põe em evidência as contradições das verdades estabelecidas, desestabiliza a oposição entre o verdadeiro e o falso, evidencia o controle exercido sobre as próprias relações discursivas e, quando isso acontece, as relações de poder são alteradas, impulsionando o movimento de classe.

As verdades são reflexos das relações sociais de poder, que refletem a estrutura social. O movimento de classe imprime alterações nas relações de poder e, conseqüentemente, na oposição entre verdadeiro e falso. Ao mesmo tempo, o movimento de classe é influenciado pelas relações de poder, ou seja, há uma influência mútua entre ambos, num processo contínuo e dialético. Um elemento se interpõe como motor desse processo dialético, que é a língua, em forma de discurso. O desenvolvimento linguístico dos atores sociais é um pêndulo que movimentava esse processo e, ao mesmo tempo, é o seu reflexo, pois é no embate discursivo que as relações de poder se materializam dentro da estrutura social.

Considerações Finais

Não há uma forma única e pré-estabelecida de linguagem. Ela surge da necessidade de comunicação entre os humanos e desenvolve-se a partir dessa necessidade. Mas subjazem a essa necessidade outras necessidades humanas, como o poder de mando. Então, o domínio da linguagem carrega em si a possibilidade do domínio de outrem.

O discurso não é vazio de intenções, pois, além de comunicar, pretende algo mais. Ele objetiva ir além da simples comunicação, pois comunica para alguma coisa. Em todo ato comunicativo observa-se um jogo de intenções, não há uma relação única e evidente entre significante e significado, sempre pode haver uma relação subjacente, que desvia o significado para outro significante.

Em um diálogo, os atores de um acontecimento discursivo constroem seus enunciados dentro de um mesmo sistema. Caso contrário, não ocorre interação entre eles, pois passa a existir uma barreira que impede a interação e que só é superada com a aquisição do mesmo código pelos sujeitos envolvidos na ação discursiva. "O código é, assim,

um regulador da relação entre contextos e gerador de princípios orientadores da produção dos textos adequados a cada contexto (MORAIS; NEVES, 2007, p. 3). Portanto, quando um falante não desenvolve o código que lhe possibilita interagir com seus pares, ocorre um processo de segregação que o exclui das relações sociais com os que têm acesso a esses códigos.

Essa segregação não é inerente à própria língua, mas decorrente do valor social que se adere à forma linguística utilizada por determinado grupo social. Não se pode compreender a língua com um corpo autônomo, que possui uma lógica própria de desenvolvimento, desligada da estrutura social. Através dela se identifica o grau de desenvolvimento de uma sociedade porque os processos sociais são nomeados através da linguagem, da mesma forma que os instrumentos científicos, culturais e econômicos são termos constituintes da língua. Assim, uma pesquisa linguística dá indícios importantes de outros âmbitos constitutivos da sociedade.

A língua não possui apenas o valor linguístico. Ela carrega em si valor cultural, social e econômico, para ficar apenas nesses três. Daí se dizer que a força simbólica da língua não se constitui apenas em seu valor linguístico, mas a partir de sua representação sociocultural e econômica. Uma forma linguística se distingue de outra não pelo seu valor linguístico, mas pelo valor social que possui o grupo social que a pronuncia. Uma forma linguística que ganha *status* social relevante não ganha por si mesma, mas devido ao grupo sociocultural que a representa. Dessa forma não se pode dissociar a língua da sociedade que a produz.

A relação entre língua e sociedade é umbilical. Não se pode deslocar uma da outra sem prejuízos. As formas linguísticas de um grupo social dizem muito da sociedade e do grupo social ao qual pertencem. Existindo em uma sociedade uma diversidade de grupos sociais, é forçoso que haja também uma diversidade linguística. Porém quando há uma relação de segregação ou estratificação entre esses grupos sociais, essa relação será percebida também no âmbito linguístico, pois os valores sociais frequentemente são transportados para outros âmbitos da vida, inclusive para o linguístico.

Referências

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem.**

Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2009.

BERNSTEIN, Basil. **Pedagogía, control simbólico e identidad**: teoría, investigación y crítica. Traducción de Pablo Manzano. La Coruña: Fundación Paideia y Madrid: Ediciones Morata, S.L, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Langage et Pouvoir symbolique**. Éditions Fayard, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Tradução de Selma Tannus Muchall. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2013.

GOBLOT, Edmond. **A barreira e o nível**: retrato da burguesia francesa na passagem do século. Tradução de Estela dos Santos Abreu e Maria da Silva Cravo. Campinas: Papyrus, 1989.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MORAIS, Ana Maria/NEVES, Isabel pestana. A teoria de Basil Bernstein: Alguns aspectos fundamentais. **Revista Práxis Educativa**, 2, p. 115-130, 2007. Homepage da Revista Práxis Educativa: <http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=praxis..>

SAUSSURE, Ferdinand de. **As palavras sob as palavras**. Tradução de Carlos Vogt. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

Recebido em maio/2017

Aceito em agosto/2017